

FIGURAS DA DENEGAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL DA CULTURA E DA POLÍTICA BRASILEIRAS ¹

| KARLA PATRÍCIA HOLANDA MARTINS ²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir a questão da denegação a partir da perspectiva do trabalho teórico-clínico do psicanalista Sándor Ferenczi, especialmente a partir de sua teoria sobre o trauma. A denegação em jogo no negativismo é compreendida aqui enquanto uma categoria clínica e política e será tomada como uma chave de leitura para indagar o contexto brasileiro da pandemia da COVID-19. Considera-se que o regime de negação, desmentido e descrédito, no contexto do estado brasileiro atual, vem transformando a pandemia em uma ferida que atualiza a série das nossas mais graves catástrofes históricas, impedindo o trabalho de luto e nos vulnerabilizando psicicamente.

Palavras-chave: Ferenczi. Desmentido. Covid-19. Política. Cultura.

ABSTRACT

This article aims to present and discuss the question of negativism from the perspective of the theoretical-clinical work of the psychoanalyst Sándor Ferenczi, especially from his trauma theory. Negativism is understood here as a clinical and political category and will be taken as a key to read the Brazilian context of the COVID-19 pandemic. It is considered that the regime of denial and discredit, in the context of the current Brazilian State, has been transforming the pandemic into a wound that updates a series of our most serious historical catastrophes, preventing the work of mourning and making us psychically vulnerable.

Keywords: Ferenczi. Denied. Covid-19. Politics. Culture.

1 O presente artigo parte de um ensaio apresentado na reunião do dia 13/09/2020 do Grupo Cultura e Política, coordenado pelo psicanalista Valton Miranda Leitão. O grupo é organizado por este último e pelos psicanalistas Helder Pinheiro e Marúcia Benevides. Ao considerar essa apresentação como uma espécie de testemunho de um trabalho de compreensão e reflexão sobre os tempos atuais, decidi mantê-la o mais próximo possível do modo original de fala. Apenas pequenas mudanças foram realizadas para adaptá-la para o formato de um artigo.

2 Psicanalista. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Teoria Psicanalítica pelo Instituto de Psicologia da UFRJ. Pesquisadora do CNPq.

INTRODUÇÃO

Gostaria de agradecer ao convite do Dr. Valton para conversarmos hoje sobre a denegação em jogo no negativismo (enquanto uma categoria política e psicanalítica) a partir da perspectiva do trabalho teórico-clínico de Sándor Ferenczi.

Ao longo desses últimos dias, fiquei lembrando o que já fora trabalhado no grupo durante esses mais de vinte (20) semanas em que atravessamos, juntos, a pandemia. Fiquei especialmente preocupada em conseguir fazer uma reflexão que pudesse representar a atualidade do nosso momento. Do nosso momento no Brasil, sim, mas não somente, senti necessidade de pensar, um pouco que fosse, sobre a história do próprio grupo, atravessada pelo contexto mais geral da pandemia. Como psicanalista, acredito que falar da atualidade não é falar do aqui e agora, mas é falar do atual como uma condensação de vários tempos, considerando também que o atual, talvez, só poderá ser dito apenas num só depois.

Dr. Valton Miranda representa uma autoridade simbólica para todos nós, seja como analista que o é, como amigo, como homem público e político, como homem que ama as suas paixões. Sua presença sensível e seu desejo em sustentar sua causa que é também a nossa nos manteve em posição de darmos aqui nossos testemunhos diante do absurdo traumático da pandemia e do seu desgoverno. E partir das águas de março, na quaresma da quarentena, passamos a nos reunir ligados por nossa necessidade dialógica de falar, movidos por uma necessidade imperiosa de tornar os outros participantes do que se desencadeou, vou usar aqui uma expressão de Marcio Selligmann-Silva (2008, p. 66), a partir de “uma carência absurda de narrar”, e acrescento, de escutar uns aos outros, confirmando a cada semana que continuávamos presente. Portanto, muito obrigada também a todos (as) os (as) colegas e amigos (as) que ao longo dessas semanas fizeram com que essa quarentena fosse um efetivo tempo de espera, compreendido como um momento em que a parada é apenas o que gesta um passo a dar.

Numa livre associação... Quaresma, quarenta, quatro, “*faire le diable a quatre*”, expressão do teatro francês medieval que indica sentimentos como vingança, desejo ou luxúria; na cena do “*fair ele diable a quatre*”, quatro atores interpretam

diabos que rondam o personagem, encenando figuras de uma consciência maléfica”. Será que foi daqui que Lacan pensou o cartel, e sua composição 4 + 1, já que o mal radical, é colocar em cena o inconsciente, suas formações e o desejo enquanto potência de deslocamento? Não sei... invençôes sobre sua origem. De todo modo, se não fizemos aqui um cartel, aqui soltamos os nossos diabos na quaresma, respeitando o tempo da amizade e, portanto, da reserva. Fizemos uma “política da memória” - recuperando a expressão proposta por Selligmann-Silva (2000, 2008) seguido pelo grupo de pesquisadores que hoje se unem em torno de uma historiografia da memória - que é também uma política da construção e da desconstrução, não como opostos, mas como elementos de força, elementos que animam a nossa coragem. Sim, caros amigos e amigas, muito importante fazermos um livro, muito importante desconstruirmos a figura Bolsonaro. Para nós que amalgamamos as palavras e os afetos é mais fácil escrever livros, amar a poesia concreta, a desconstrução poética das nossas esquinas. Mas, por isso e pelos meus limites estruturais, me junto a vocês, mais ousados(as), menos tímidos(as), combativas, mas, sobretudo, pessoas que respeitam o silêncio tanto quanto a possibilidade de ouvir o testemunho. Ainda que esse grupo não seja formado apenas por psicanalistas, ele representa, para mim, uma demonstração de que a psicanálise se faz no coletivo e pertence à História, constituindo uma espécie de comunidade de destino. Bollas (1992, p. 46) propõe uma diferença entre o fado e destino que talvez nos ajude a pensar a função política de um grupo, diz ele: “destino está vinculado mais à ação do que às palavras. Se o fado surge das palavras dos deuses, destino é então um caminho pré-ordenado que o homem pode preencher”. De outro modo, podemos dizer: se o fado está do lado da alienação, o destino, vinculado à ação, está do lado da separação, do corte e do devir. Estamos *enfadados* do destempero desse governo.

A palavra testemunho aqui utilizada se articula aos contextos do trauma e das catástrofes históricas, onde incluo a atual pandemia; ou seja, considerando o trauma social quanto ao seu aspecto de exigência à construção de uma narrativa individual, mas também coletiva. Essa articulação obedece a uma outra premissa: “o testemunho de certo modo só existe sob signo do seu colapso e de sua impossibilidade”, afirma Selligmann-Silva (2008, p. 67), ao localizá-lo entre o necessário e o impossível. As inflexões da palavra frente à excepcionalidade

abusiva é retomada na questão sobre os seus destinos, a partir da pergunta “quando é possível narrar?”. A dimensão representacional articulada aos acontecimentos traumáticos, especialmente aqui, às catástrofes históricas, foi amplamente problematizada por Freud (1920/2006, 1926/2007, 1927/2007) e Ferenczi (1924/1993, 1926/1993) e relacionada também aos afetos e às angústias que se imprimem a partir de uma dimensão da experiência excessivamente abrasiva, intensa mas, sobretudo, inquestionável.

DENEGACÃO E NEGATIVISMO NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DA PANDEMIA DA COVID-19

A experiência brasileira da COVID-19 tem sido marcada por uma estratégia discursiva sustentada pelo presidente e por parte da elite e das mídias, que buscam, por meio de uma série de afirmações e atos, desqualificar o peso e a importância das gritantes desigualdades no modo como a pandemia é vivida pelos mais pobres, pela população negra e por todos aqueles que já deveriam ser considerados mais vulneráveis. Valem-se de uma série de afirmações que objetivam negar a realidade, uma operação que no plano social pode ser qualificada como análoga a *verleugnung* (Martins, 2020, Martins, & Rabelo, 2020). Situações cotidianas repetem estratégias discursivas que visam tirar o foco dos verdadeiros responsáveis pela tragédia ou ainda minimizar os múltiplos efeitos da pandemia e/ou da gravidade do vírus.

Embora não objetive, no escopo deste artigo, desenvolver a complexidade da tradução do termo *verleindung* e *verleugnung* em Freud e em Ferenczi e suas respectivas tensões, através dele pretendo demonstrar as nefastas consequências dessa política negacionista, que não só produz mortes em grande escala, mas cria um complexo mecanismo que perpetua e a grava as vulnerabilidades e os sofrimentos. Qual o passo que a obra de Ferenczi nos ajuda a construir?

Considerando-se um certo apagamento de Ferenczi na história do Movimento Psicanalítico, vou brevemente apresentá-lo. Sandór Ferenczi nasceu em uma pequena cidade da Hungria, Miskolc, em 1873. Médico de formação, conhece Freud pessoalmente em 1908, aos 35 anos, e torna-se, nas palavras de Freud (1933/1984), um dos seus mais geniais interlocutores. No auge da explicitação das

discordâncias em relação a Jung, Ferenczi (1993/1912) escreve seu texto *principis*, “O conceito de introjeção”, considerado mais contemporaneamente como um verdadeiro golpe de mestre, que recolocará a questão do analista e de sua ação no centro de uma importante discussão sobre a transferência e seu manejo.

De grão vizir paladino a *enfant terrible*, sabe-se que Ferenczi fora sempre inflexível quanto à sua determinação em persistir no trabalho analítico com aqueles pacientes que pareciam fora de condições terapêuticas e/ou que precisavam de adaptações da técnica. Algumas de suas posições representaram uma desobediência às regras clássicas, provocando consequências para a forma como foi julgado pela comunidade analítica de seu tempo. Ao criticar as políticas institucionais da psicanálise e seus efeitos para a posição do analista, “Ferenczi surpreendeu seus contemporâneos, levando às últimas consequências a dimensão inédita do vínculo com o paciente, quando já insistia na importância da transferência negativa para a efetividade de uma análise” (Martins, 2017). Se hoje a teoria do trauma e do desmentido na obra de Ferenczi pode ser considerada como uma teoria que nos ajuda a pensar a política (Gondar, 2017) e os regimes totalitários, a preocupação de Ferenczi com os efeitos do trauma foi despertada por uma inquietação eminentemente clínica. Preocupado em dar consequências ao que Freud (1918[1914]/1984) havia descrito como severos desafios ao trabalho clínico no caso do Homem dos Lobos – formulado em 1920 em termos da compulsão à repetição – Ferenczi, incentivado por Freud (1919/1984), principalmente a partir das teses que se tornam públicas no texto “Linhas de progresso na Terapia Psicanalítica”, propõe mudanças na técnica, injunções ativas durante o tratamento. A atitude ativa do analista, orientada pela regra da abstinência, deveria contornar as resistências mais poderosas, tornando o paciente mais ativo frente ao seu padecimento. Tratava-se de colocar em jogo, na atualidade da transferência, a economia pulsional do paciente.

Em 1920, Ferenczi apresenta no VI Congresso da Associação Internacional de Psicanálise e Haia a comunicação “Prolongamentos da “Técnica Ativa” em Psicanálise”. Todavia, a partir de 1928, Ferenczi (1928/1992) percebeu, curiosamente, que quanto mais incisivo e severo com alguns pacientes, mais estes mesmos pacientes se mostravam dóceis e dependentes, docilidade esta

que era signo de “que nada estava de fato acontecendo”. Propõe, então, uma revisão de sua teoria da técnica ativa e do “fanatismo da interpretação” (Ferenczi, 1928/1992, p. 33) e estabelece a noção de tato (*Einfühlung*) e elasticidade técnica mediada pela sensibilidade, pela modéstia, mas também pela firmeza, por espécie de estética do cuidado ético. Ferenczi denuncia, e não será perdoado por isso, o narcisismo e a hipocrisia na condução de alguns trabalhos nos quais o analista se posicionava como soberano, de forma insincera, cultivando abusos de poder; em contrapartida anuncia a análise do analista como a segunda regra fundamental: “a única base confiável para uma boa técnica analítica é a análise terminada do analista” (Ferenczi, 1928/1992, p. 36).

É justamente no contexto dessas observações clínicas que estabeleceu o que hoje conhecemos como a teoria da traumatogênese. Em 1932, em desobediência aos conselhos de Freud para que abrisse mão da apresentação de seu texto no XII Congresso Internacional de Psicanálise de Wiesbaden, Ferenczi apresenta a conferência intitulada “As paixões dos adultos e sua influência no desenvolvimento do caráter e da sexualidade da criança”, publicada, em 1933, sob o título “Confusão de línguas entre adultos e crianças”, na qual propõe uma ficção de quatro personagens: a criança (1) que sofreu os excessos da paixão de um adulto (2) e que, sem compreender o que houvera ocorrido, busca um outro adulto (3) para narrar o que se passou ou ainda o que ela imagina que aconteceu. O adulto (2) que deveria escutar, desmente e/ou desautoriza a versão da criança de seus fatos ou ainda permanece indiferente ao seu dito. Com vistas a retomar o contexto de nossas reflexões relativo à pandemia, pergunto sobre os possíveis destinos subjetivos dessa desautorização dentro de uma relação hierárquica e de poder?

Seguindo aqui a situação paradigmática por ele proposta, ocorrerá nessas condições uma espécie de ejeção ou de apagamento da autorrepresentação da criança na cena por ela narrada. O descrédito cria severos obstáculos à criança, originando uma espécie de cisão ou clivagem do Eu. Onde estive? Estava onde penso que vivi? Relembro-o aqui o quanto o desmentido é ilustrativo desse apagamento da autorrepresentação, momento subjetivo quando estamos diante da descrença e do ceticismo, ponto mais agudo da nossa disposição em ceder ao Outro, à sua versão, à sua colonização.

Selligmann-Silva (2008) retoma a cena do sonho de Primo Levi durante o qual ele relata seu jantar com familiares que pouco a pouco deixam a mesa, enquanto ele narrava a sua experiência nos campos de concentração. O autor observa que a solidão ali experimentada, frente à indiferença do outro, fez como ele se perguntasse, por um instante, se de fato aquilo ocorreu. “O Levi que sonha com seu público ouvinte que o abandona já previa a sensação de inverossimilhança gerada pelos fatos que narraria e a consequente acusação de mentiroso que o esperava” (Selligmann-Silva, 2008, p. 70).

Se Ferenczi (1933a/1992, 1933b/1992) se preocupou com a cisão provocada na criança pelo adulto que a nega, que desmente a sua realidade, Freud (1927/2014) descreveu, no contexto das operações fetichistas, as formas de gozo daquele que sabe, mas mesmo age como se não soubesse.

Lá atrás me referi a um quarto personagem que se relaciona aos destinos do trauma. Quando predomina a negação (desautorização, descrédito), um dos restos desta operação é uma figura chamada, por Ferenczi (1923/1993), de o bebê sábio: uma criança que tem acesso muito precocemente a um saber que não pode ser esquecido ao custo de uma escotomização do afeto. O bebê que fala é a imagem de uma cabeça que se despede muito precocemente de sua potência estética e criativa, do balbucio, do brincar com o tom de sua voz, das suas modulações... ou ainda dos traços que escrevem a sua autenticidade.

O descrédito se associa assim ao trauma desestruturante; ou seja: traumática é a experiência que nos faz (a partir de uma identificação com o agressor) desacreditar como capazes de uma percepção crível; como portadores de uma palavra a quem se atribua crédito e de uma palavra que se relacione com a verdade. Fala-se então de um duplo genocídio, aquele que destrói a materialidade do corpo e outro que faz desaparecer o corpo, e, portanto, apaga o símbolo. Aqui o negacionismo flerta com a perversão.

Na cena da pandemia brasileira, a ausência de reconhecimento oficial da dor e das perdas cria diversos obstáculos a elaboração individual e coletiva do luto. Perdas que não puderam se confessar como perdas, reconhecem Abraham e Torok

(1995, p. 248, grifo dos autores), poderão apenas ser incorporadas, prosseguem os autores:

[...] a impossibilidade de introjeção chega a proibir que se faça uma linguagem com sua recusa do luto, a proibir que se signifique que se está inconsolável. Na falta dessa saída de socorro, só resta opor ao fato da perda uma denegação radical, fingindo não ter tido nada a perder [...] Todas as palavras que não puderam ser ditas, todas as cenas que não puderam ser rememoradas, todas as lágrimas que não puderam ser vertidas, serão engolidas, assim como, ao mesmo tempo, o traumatismo, causa da perda. Engolidas e *postos em conserva*. O luto indizível instala no interior do sujeito uma *sepultura secreta*.

Desse modo, pergunto: quando o luto se faz traumático, no sentido de disparar uma forma de sofrimento que nos imobiliza, colapsando a nossa dimensão psíquica, provocando uma espécie de desabamento, acrescentando ao seu domínio uma experiência subjetiva e coletiva de perda que colapsa a nossa crença no futuro, a confiança em si e nos outros humanos, tornando-nos invisível na cena mesma do desastre? Quando começamos a sonhar com os suplícios de Tântalo?

Ferenczi (1933/1992) sublinhou o caráter intersubjetivo e social da cena traumática, destacando nela o valor do desmentido e da desautorização subjetiva. O caráter traumático de uma experiência é estabelecido a partir da ação do desmentido, que consiste no descredenciamento da palavra de quem testemunha a ferida ou o agravo sofrido, o que acarreta, por extensão, a desvalorização de sua própria vida. Desmentir significa, portanto, desacreditar ou desautorizar a dor que acompanha a experiência subjetiva daquele(s) que relata(m) a experiência traumática. Os destinos subjetivos dessas experiências dependem assim da presença de um fiador da representação. Por isso, no campo desses estudos, tem-se proposto um caráter testemunhal na presença do trauma.

Do ponto de vista de uma extensão do pensamento ferencziano, pode-se afirmar que a possibilidade de uma escrita dessa História encontra-se dependente do reconhecimento, como oficial, do que foi testemunhado. Em outro contexto, sugerimos pensar a ausência do reconhecimento da ocorrência de campos de

concentração na História do Ceará como uma ilustração dos desmentidos históricos (Martins, & Kupermann, 2017). Destino semelhante ameaça os testemunhos da ditadura militar brasileira quando torturadores são exaltados e os relatos de quem viveu o horror são desacreditados. A negação de um acontecimento social traumático tem um caráter disruptivo, de esgarçamento do laço, do nós e dos nós. Quando abafadas, postas em conserva, entubadas – parafraseando um termo atualmente em voga que evoca, ao mesmo tempo, o risco iminente de morte e o silenciamento da palavra – essas experiências tendem a reaparições. Dito de outro modo, quando mandadas de volta ao esquecimento, sem um trabalho de elaboração dos sofrimentos e das perdas que lhes são associadas, sua tendência é forçar seu reconhecimento por uma via que é da reatualização do trauma. Transformadas em experiências-tabu, adquirem o estatuto de uma ferida intratável e inelutável. Do ponto de vista ferenciano, do lado daquele que sofre, à violência do descrédito sobrevém a culpa ou uma espécie de coma psíquico – situação marcada pela apatia –, a vergonha ou, ainda, a possibilidade de uma identificação com o agressor.

Como tenho afirmado, é através desse regime de negação, desmentido e descrédito que a pandemia, no contexto do Estado brasileiro atual, vem se transformando em uma ferida que atualiza a série das nossas mais graves catástrofes históricas. Há um núcleo necropolítico do Estado brasileiro que conseguiu passar incólume. Em um só golpe (ou dois), são reunidas as feridas produzidas no tecido social e cultural brasileiro ao longo de nossa História pelo nosso racismo, pelo desmentido da fome, das nossas desigualdades sociais e da tortura e da morte praticadas nas ditaduras brasileiras. (Martins, & Rabelo, 2020, no prelo).

A pandemia deixará um rastro novo na nossa memória, mas, ao mesmo tempo, ela representa a metáfora atual do conjunto dos lutos que não foram feitos ao longo de nossa História. A não realização do luto nos vulnerabiliza em relação à aparição de regimes totalitários; renunciemos à nossa liberdade, aqui entendida como reconhecimento da nossa sobre determinação.

Desconstruir a figura política de Bolsonaro não é, portanto, negá-la – essa é a sua estratégia. Desconstruí-la é enfrentá-la, acreditar que isso tudo que nos

parece tão absurdo e inverossímil é real. Sentimos vergonha. Compartilho com o historiador Carlo Ginzburg (2020, p. 8) que a vergonha, enquanto afeto político, diz de um vínculo poderoso de identificação e pertencimento. “Há muitos anos, percebi de repente que o país a que pertencemos não é, como quer a retórica mais corrente, o país que amamos, e sim aquele do qual nos envergonhamos. A vergonha pode ser um vínculo mais forte que o amor”. Todavia, a vergonha parece ser um elemento decisivo na escolha por uma via de elaboração ou negação de um evento catastrófico. Ginzburg (2020) defende que esse sentimento não deve ser simplesmente qualificado como um afeto relacionado ao ressentimento ou a autodepreciação. Ele abarca igualmente uma dimensão construtiva e edificante, podendo ser considerado um importante catalizador dos laços sociais em direção a uma mobilização política.

Conforme desenvolvemos em texto anterior, para Ginzburg (2020) a vergonha além de possuir uma função política de peso, demonstra que as fronteiras do Eu incluem ideias e signos compartilhados, elementos fundamentais para a construção de identidade de si, como pessoa, grupo, categoria ou nação. Todavia,

a política do negacionismo vem tolher a incidência positiva desse sentimento, embargando uma disposição para agir de forma coletiva que ele fomenta, algo precioso, sobretudo numa situação de urgência como a da atual pandemia, que exige uma prontidão para intervir não só de forma pontual, no momento que se segue a catástrofe, mas também de maneira coordenada e planifica a médio e longo prazo, articulando e potencializado os efeitos das políticas e dos recursos públicos. (Martins & Rabelo, 2020, no prelo)

Em continuação ao argumento utilizado anteriormente, pode-se identificar como valiosa a sutileza da distinção presente na língua alemã entre *Denkmal* e *Mahnmal*, que se perde quase que completamente na tradução para o português como monumento. Ao se considerar que a função de todo monumento é a rememoração de um fato marcante, deve-se sinalizar diferentes modos e estratégias de rememoração. Enquanto *Denken* evoca simplesmente o pensar, o rememorar, *Denkmal* constitui uma forma geral do conceito de monumento que engloba o *Mahnmal* como um subtipo. *Mahnen* significa admoestar, é a lembrança pesadosa de um fato doloroso que pode infelizmente se repetir, a exemplo dos horrores dos campos de concentração. *Mahnmal*, portanto, evoca uma lembrança envergonhada de caráter recriminável. (Martins, & Rabelo, 2020, no prelo).

Essa referência nos faz refletir sobre a escolha dos heróis nacionais homenageados em monumentos, geralmente os ditos conquistadores, homens, brancos e ricos. E as tantas catástrofes, genocídios e pandemias que fazem parte da nossa construção de identidade como nação? Mesmo os monumentos dedicados a esses acontecimentos costumam cooptar a imagem de um herói que o representa, negando com o isso o sentimento de vergonha atrelado a essas lembranças e, mais ainda, como afirma Gagnebin (2009, p.47, grifo da autora), “o esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato, *hoje*, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar”. Ameaçados pelas investidas tanto do esquecimento quanto da denegação, prossegue a autora, precisamos pensar melhor nas possibilidades de escrita da história.

Gostaria de encerrar este trabalho com o argumento de que a psicanálise precisa, hoje, excepcionalmente, como nos propõe Koltai (2016, p. 25), “escutar a História que emoldura as histórias” e, ainda, interpelar os efeitos subjetivos das históricas violências genocidas, posto que essa luta não é apenas contra o esquecimento ou a denegação mas, especialmente, contra a repetição do horror. No contexto da atual pandemia, temos insistido na importância do trabalho do luto, posto sabermos que há na sepultura a presença de um símbolo que é igualmente representativo da partilha de afetos e de palavras, capaz de funcionar como uma espécie de matriz organizadora da nossa memória, bem como da escrita da História.

REFERÊNCIAS

- Abraham, N.; Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Bollas, C. (1992) *Forças do destino: psicanálise e idioma humano*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ferenczi, S. (1993). O sonho do bebê sábio. In: S. Ferenczi. *Obras completas: Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1923).
- Ferenczi, S. (1993). Talassa. Ensaio sobre a teoria da genitalidade. In: S. Ferenczi. *Obras completas: Psicanálise*, 3, 255-325. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1924).
- Ferenczi, S. (1993). O problema da afirmação do desprazer. In S. Ferenczi, *Obras completas: Psicanálise*, 3, 393-404). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1924).
- Ferenczi, S. (1992). Elasticidade da técnica. In: S. Ferenczi. *Obras completas: Psicanálise*, 4, 25-36. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1927-28).

- Ferenczi, S. (1992). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In S. Ferenczi, *Obras completas: Psicanálise*, 4, 97-106. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).
- Ferenczi, S. (1992). Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi, *Obras completas: Psicanálise* (Vol. III, pp.125-136). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).
- Freud, S. (1984). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: S. Freud. *Obras completas*, 17, 173-185. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2011). *Luto e Melancolia*. In: S. Freud. Luto e Melancolia (Tradução Marilena Carone). São Paulo: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2007). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (v. 2, p. 123-198). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (2014). O Fetichismo. In: S. Freud, *Obras completas*. vol. 17, p. 302-310. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2007). A negativa. In: Freud, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. 3, pp. 145-157). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1984). Sandór Ferenczi. In: S. Freud. *Obras completas* (Vol. 22, pp. 173-185). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933).
- Gagnebin, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- Gondar, J. (2017) Ferenczi como pensador político. In: Reis, E. e Gondar, J. *Com Ferenczi. Clínica, Subjetivação e Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 209-226.
- Koltai, C. (2016). Entre psicanálise e história: o testemunho. *Psicol. USP*, 27(1), 24-30. doi: 10.1590/0103-6564D20150009.
- Martins, K. H., & Rabelo, F. (2020). A escrita da história e do luto nas catástrofes coletivas. *Revista Estudos Interdisciplinares de Londrina* (artigo no prelo).
- Seligmann-Silva, M. (2000). A história como trauma. In: Nestrovski, N., & Seligmann-Silva, M. *Catástrofe e representação*.
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. clín.*, Rio de Janeiro, 20(1), 65-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>.